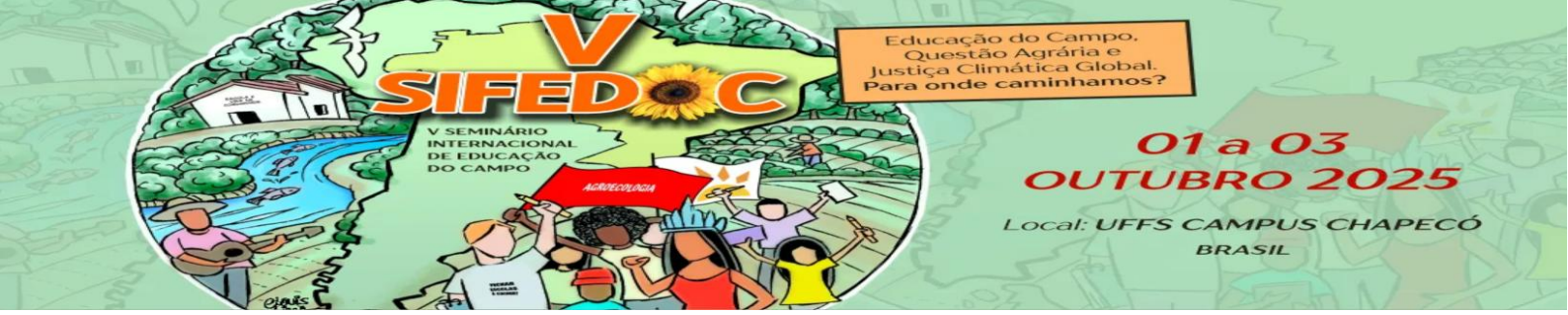


O PROGRAMA "PARCEIROS DA ESCOLA" NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PROFA. KAMILLA PIVOVAR DA CRUZ: MOBILIZAÇÕES E DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Claudia Varela[1]
Sonia Maria Carvalho[2]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo
Palavras-chave: Educação do Campo; Educação pública; Mobilização Popular

Introdução

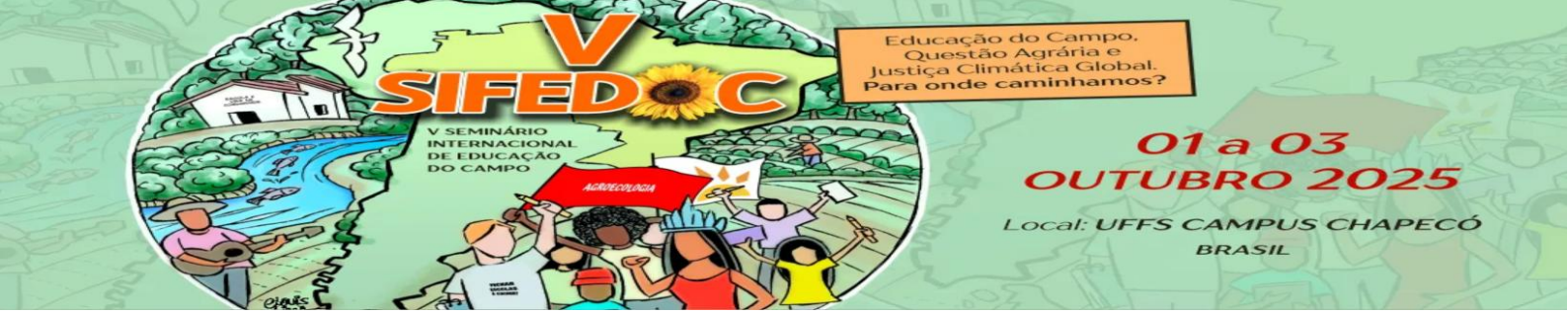
O Programa "Parceiro da Escola" nasce no Paraná em 2023 como um projeto piloto em dois colégios da Região Metropolitana de Curitiba. Sob a justificativa de realizar uma gestão mais eficiente da administração e infraestrutura escolar, ao mesmo tempo em que preservando a autonomia pedagógica do espaço escolar, estas seriam cedidas para empresas privadas, que seriam responsáveis pela limpeza, merenda, segurança, contratação de professores temporários. O programa estaria voltado às escolas estaduais, as quais passariam por uma consulta pública.

O programa que formalizaria parcerias entre escolas da rede pública e iniciativas privadas especializadas em gestão educacional (administração e processos didáticos nela aplicados), passou inicialmente pela Assembleia Legislativa do Paraná como projeto de lei que criava o Programa Parceiros da Escola, do Poder Executivo do Paraná, o PL 345/2024, e foi efetivando-se a partir de 2025 com a lei 22.006/2024 da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, a qual permitia sua implantação em "204 unidades elegíveis da rede estadual" em aproximadamente 110 municípios. (GOVERNO DO PARANÁ, 2024)[3]

Partindo da premissa de que é impossível separar assuntos administrativos e pedagógicos, muitas escolas mobilizaram um debate interno e toda a comunidade escolar por ocasião das "consultas públicas". Era fundamental realizar um diálogo conscientizador

---

[1] Licenciada em Educação do Campo, *E-mail*: claudiavarela@ufpr.br.
[2] Doutora em Educação. E-mail: scarvalho@escola.pr.gov.br
[3] GOVERNO DO PARANÁ. **Como o Projeto Parceiro da Escola ajudará a educação do PR.** *In:* Gazeta do Povo,24/09/2024. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/conteudo-publicitario/governo-parana/projeto-parceiro-da-escola-educacao-parana/ Acesso em 01.08.2025



sobre os fundamentos nas quais se baseavam essa política de governo, na mesma medida em que suas possíveis implicações a longo prazo para a educação pública.

O Colégio Estadual do Campo Profa. Kamilla Pivovar Da Cruz, localizado no município de Tijucas do Sul (PR), havia sido indicado para participar deste programa. Assim, foram construídos espaços de diálogos com colegas professores e funcionários sobre essa proposta e suas consequências para o colégio. Na ocasião, opiniões contraditórias e imprecisas foram deixando um clima muito tenso no ambiente escolar.

Mobilizações na Comunidade Escolar: o enfrentamento à implantação do Programa

A partir desse momento foram organizados grupos de discussão envolvendo professores, pais, estudantes e demais pessoas da comunidade que tinham amor pelo colégio. Foram realizadas reuniões em algumas comunidades a fim de esclarecer a proposta do Governo. Foi fundamental o apoio e orientação do Sindicato de Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP), que auxiliou nas reuniões e deu suporte para o entendimento esse projeto.

Antes da consulta pública, prevista para início de novembro de 2024, foram intensificadas as lutas. Foram produzidos panfletos, informativos, cartazes, camisetas, adesivos, e utilizados em uma reunião convocada pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) nas dependências do Colégio Estadual do Campo Profa. Kamilla Pivovar Da Cruz. Os ânimos ficaram alterados, os representantes do governo apresentaram suas propostas e a assembleia que estava sendo presidida por pais, professores, funcionários e comunidade em geral, bombardearam de questionamentos, demostrando-se contra esse projeto.

As mobilizações não pararam por aí. Foi criado grupo de WhatsApp, onde foram planejadas reuniões e entrega de panfletos. Todos e todas atualizam suas redes sociais, e algumas pessoas da comunidade também lançaram avisos nas turmas da catequese quanto a importância de votar. No dia da consulta, muito chuvoso por sinal, o trabalho coletivo de orientação aos pais sobre a importância do comparecimento à votação foi fundamental. Foram organizadas caronas solidárias para a participação massiva no dia da realização da consulta pública, onde inclusive a própria APP – Sindicato disponibilizou transporte.

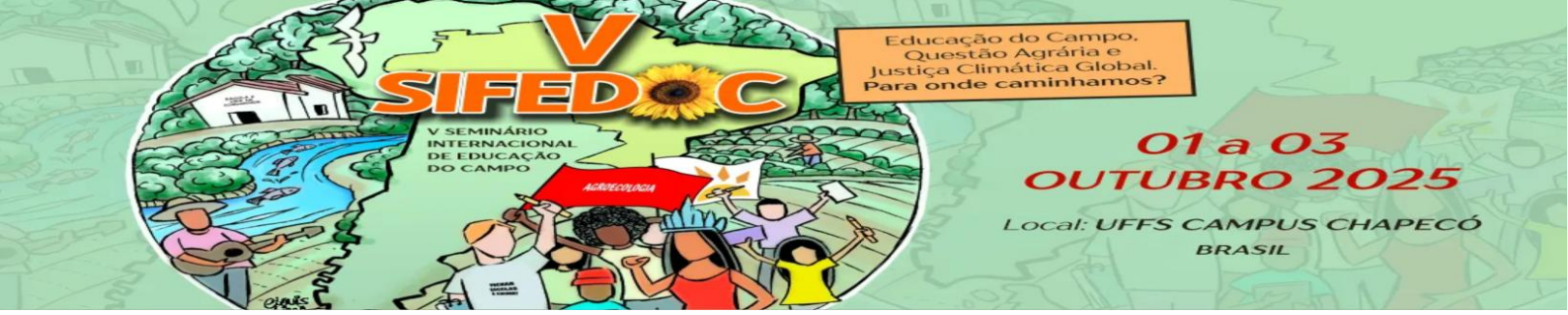


Figura 1 – Publicação diante da Mobilização Escolar



Fonte: Rede Social Escola

Essas foram algumas dentre tantas outras ações de mobilização da comunidade escolar, a qual possibilitou um amplo processo de conscientização, e revelou um impressionante pertencimento da comunidade na defesa da escola.

Um pouco da história do Colégio

O Colégio Estadual do Campo Professora Kamilla Pivovar da Cruz – EFMP, está situada na PR 281, km 20, localidade de Lagoa, Município de Tijucas Do Sul (PR). No início de 1983 organizou-se o grupo de funcionários e professores para realizar as matriculas dos alunos de 1ª à 5ª Séries do 1º Grau (hoje Ensino Fundamental 1). Em doze de abril deste ano foi o primeiro dia de aula da escola consolidada. Nos primeiros anos de funcionamento da escola, ela enfrentou o terrível problema de enchente, que na época impossibilitava o trânsito devido as precárias situações em que ficavam as estradas. Ela ficou fechada durante meses, concluindo este primeiro ano letivo apenas em 15 de janeiro de 1984.

Em 1983 o antigo 1º Grau foi restruturado. Criou-se, então, a Escola Estadual De Lagoa, onde da 5ª à 8ª séries passaram a ser administradas pelo Governo do Estado, com auxílio da Prefeitura Municipal. Desde então, até os dias de hoje, a estrutura física da escola passou por diversas transformações. Para atender a procura por ensino, ampliou-se o funcionamento da escola para o período noturno (1997). A escola passou por dificuldades para ser reconhecida oficialmente. Muitos foram os pedidos de prorrogação de funcionamento para que, dentro da legalidade, pudesse dispor de boas condições físicas, e um contingente necessário de pessoal habilitado. Com o aumento da demanda por Ensino Médio foi solicitado a abertura dessa

modalidade em 2004, o que levou a mudança do nome para Colégio Estadual de Lagoa.

O Ensino Fundamental foi reconhecido em 03.06.1998 pelo parecer nº184/1998 que foi renovado pela Resolução nº 343/08 e autorização de funcionamento para Ensino Médio em 05.02.2004 pelo parecer nº 228/04. O Colégio Estadual da Lagoa – E.F.M, funciona em sistema anual, seriado, por disciplinas, distribuído em três turnos. A partir de 2012, passou-se a denominar-se Colégio Estadual do Campo de Lagoa atendendo os alunos oriundos do Ensino Fundamental de 9 anos de duração e o Ensino Médio. O quadro de professores na sua maioria é habilitado para as áreas na qual atuam, sendo a maioria efetivos e alguns contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS) do Estado.

No ano de 2017 atendendo à solicitação da comunidade escolar, houve a mudança de denominação do Colégio Estadual do Campo de Lagoa passando a denominar-se Colégio Estadual do Campo Professora Kamilla Pivovar da Cruz, em homenagem a diretora que atuou até o ano de 2015 e veio a falecer no mês de fevereiro do mesmo ano; através da Resolução nº 2573/2017 de 20/06/2017. A instituição de ensino atende alguns alunos em processo de inclusão os quais são acompanhados por tutores indicados pelo governo.

Atualmente, a escola atende 806 alunos, sendo 16 turmas do ensino fundamental (468 estudantes), 4 turmas do Novo Ensino Médio (131 estudantes), 3 turmas do Ensino Médio Técnico em Agronegócio (105 estudantes) e 1 turma do Ensino Médio Técnico Administrativo (102 estudantes). O Quadro atual de professores é de 36.

Educação do Campo e compromisso da comunidade: **não à venda da Escola Pública**

A escola é da comunidade. Conforme o educador brasileiro Paulo Freire, 2005 ele reforça que as crianças não se evadem da escola, não a deixam porque querem, mas sim são exclusas deste espaço.

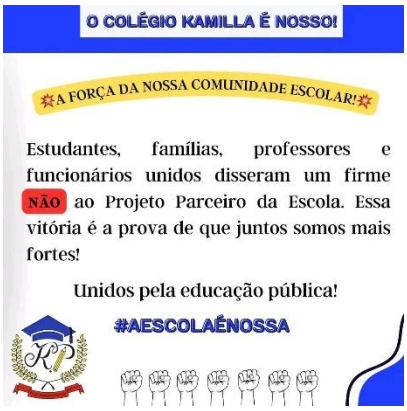
Diante das inquietações vivenciadas durante esse processo de consulta pública para a participação do colégio nesse programa, percebemos que a escola pública é um espaço em constante disputa. As contradições no processo educacional são frutos de determinantes externos e internos que acabam afetando as práticas pedagógicas e a

construção de um projeto político que seja coerente com o contexto sociocultural dos sujeitos do campo. Essas contradições fazem parte das disputas entre diferentes projetos políticos, correlação de força entre o governo e a sociedade civil, imposições burocráticas no interior das escolas que se contrapõe com a concepção de educação ligada a vida e a identidade dos sujeitos. Como afirma Saviani (1983):

> Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possíveis condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substancias concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes". (Saviani, 1983 p.34)

Nessa perspectiva, as mobilizações entorno da defesa do Colégio Estadual do Campo Professora Kamilla Pivovar da Cruz, se destacaram por sua postura junto à comunidade de defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade para os povos do campo. Ao dizer "NÃO" ao programa "Parceiros da Escola", reafirmou-se a premissa "Não à venda da Escola Pública"

Figura 2



Fonte: Mauro Grocheviski

A leitura coletiva construída nos debates e discussões realizadas, e que resultaram nessa definição é de que o Programa não fortaleceria a escola como justificado. As principais sínteses construídas foram: a) dinheiro público é para escola pública; b) o Programa poderia desembocar em corrupção e falta de fiscalização; c) o objetivo do programa se definia como lucrar com a educação pública; d) poderia inviabilizar o Ensino Noturno; e) poderia inviabilizar as eleições para diretor; f) a merenda seria terceirizada; g) terceirização dos professores; h) poderia haver a exclusão da Educação Especial; poderia

implicar em fraudes e manipulação dos resultados. Com todas essas análises, o Colégio do Campo reafirmou a premissa máxima da Educação do Campo: “direito nosso, dever do estado e compromisso da comunidade”.

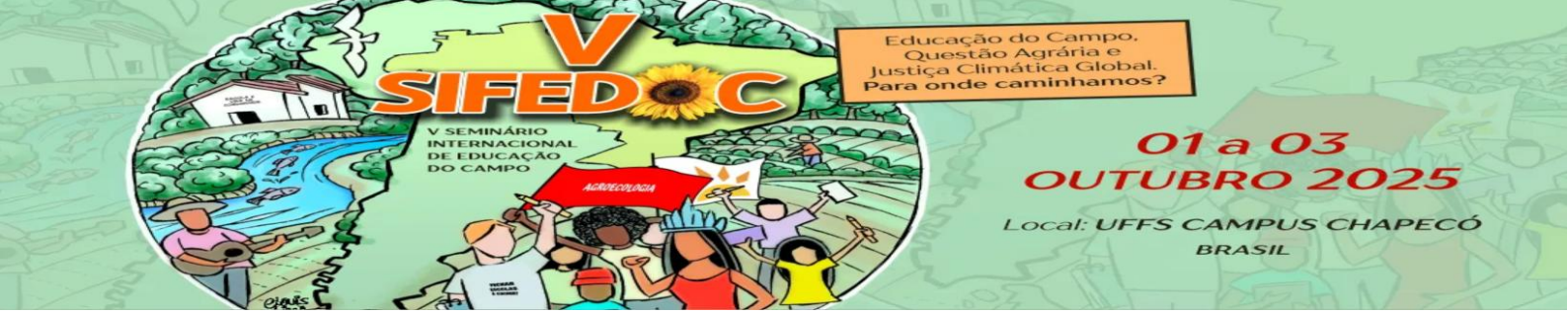
Em janeiro de 2025, a Justiça do Paraná suspendeu o edital de Chamamento Público 17/2024 referente ao programa, por violar a Constituição Federal de 1988 ao permitir que empresas privadas contratassem professores e pedagogos, o que seria responsabilidade de concurso público. O programa estava extrapolando seu objetivo de transferência da gestão administrativa dos espaços escolares. O repasse previsto era de R$240 milhões anuais para essas empresas. (BRASIL DE FATO, 2025)[4]. No dia 21 do mesmo mês, o Governo do Estado, com uma decisão do Tribunal de Justiça, garantiu a continuidade do Programa, sendo implementado em 82 colégios da rede estadual, localizadas em 3 municípios.

Considerações Finais

Na construção coletiva é necessário ouvir as pessoas, seus anseios, suas angustias, sua ideia é através do diálogo que lutamos por transformação social em busca da igualdade, diversidade, autonomia e liberdade é compartilhar o sonho de um grupo com vistas a atingir os objetivos pretendidos. Ressaltamos que a participação coletiva de envolver toda a comunidade, pais, professores e demais funcionários para fazer parte desse processo educativo foi extremamente fundamental para o resultado positivo, a comunidade escolar passou a fazer parte dessa luta deixando se ser mera expectadora e passando a sujeitos construtores dessa grande conquista.

Toda a comunidade escolar se uniu contra o programa “Parceiros da Escola”, por 467 votos CONTRA e 60 a favor. O colégio disse “Não” às expressões da privatização da educação pública. O Colégio Estadual do Campo Kamilla Pivovar da Cruz não está à venda, a educação não está à venda!

[4] BRASIL DE FATO. Justiça suspende edital do programa Parceiro da Escola no Paraná. **Brasil de Fato.** Curitiba, 15.01.2025**.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/01/16/justica-suspende-edital-do-programa-parceiro-da-escola-no-parana/ Acesso em 01.08.2025.



Referências bibliográficas

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, A. S. et al. **Introdução ao pensamento filosófico**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RIBEIRO. M. Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n.17, maio/ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a02.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FREIRE, Paulo, 1921-1997 – A Importância do ato de ler: em 3 artigos que se completam / Paulo Freire – 46. Ed. – São Paulo, Cortez, 2005